

EDUCAÇÃO INFANTIL EM PORTO VELHO

Soeli de F. Cabral Amaral¹

RESUMO: A educação de crianças até 6 anos em creches e pré-escolas tem sido vista, cada vez mais, como um investimento necessário para o seu desenvolvimento desde os primeiros meses até a idade de ingresso na escolarização obrigatória. A Educação Infantil evoluiu desde a chamada "educação pré-escolar", entendida como todo atendimento fora da família a crianças e adolescentes que não freqüentavam o que hoje se considera a escola.

PALAVRAS-CHAVES: Educação infantil; Educação pré-escolar; Escola; Cidadania.

ABSTRACT: The children's education up to 6 years in day cares and pré-schools it has been seen, more and more, as a necessary investment for your development since the first months to the entrance age in the obligatory escolarização. The Infantile Education developed from the call " preschool " education, understood out as every attendance of the family to children and adolescents that didn't frequent what today he/she is considered the school.

KEYWORD: Infantile education; Preschool education; School; Citizenship.

Com a universalização da escolaridade de crianças acima de 7 anos – ou mais recentemente de 6 e mesmo 5 anos – dentro do nível de ensino considerado obrigatório, a idéia de pré escola restringiu-se àquilo que nossa legislação chama de educação infantil. (Oliveira, 2002 p.35)

Introdução

¹ Artigo produzido a pedido do Prof^o Dr. Josué Silva, Disciplina Populações Tradicionais.

² Aluna do Curso de pós – Graduação em Desenvolvimento Regional do NCT/UNIR/RO

As concepções existentes sobre educação infantil têm pesos políticos próprios, visto que os familiares, os educadores, os responsáveis pelas políticas públicas e outros adultos alimentam as expectativas de cada criança e estabelecem metas antagônicas em relação ao que ela deve alcançar – expectativas e metas fortemente condicionadas pela classe social da população atendida.

O grande desafio, hoje, da educação infantil é superar a maneira dual com que as duas instituições têm sido tratadas: a creche, em geral, gerida pelos organismos que cuidam da assistência social, e a pré-escola sob os cuidados, ainda que periféricos, dos órgãos educacionais. Propostas para promover o desenvolvimento das crianças de diferentes classes sociais, devem ser estudadas.

Interessante e que deve ficar claro é que as Creches e Pré-Escolas não devem nem substituir a família nem antecipar práticas tradicionais de escolarização. Há muitos outros programas fundamentais para as famílias pertencentes às camadas populares que devem ser desenvolvidos pelas políticas públicas.

Acredito que as Creches e pré-escolas devem encarregar-se de educar meninos e meninas provenientes de diferentes culturas, levando-as em conta para poder articular, convenientemente, os diversos contextos de vivência e desenvolvimento.

Destacar a polêmica que trata a questão de educação infantil e analisar a evolução das políticas na área deve ser a prioridade das discussões educacionais, tanto no aspecto histórico quanto no político. O que não se pode perder de vista é que a criança tem fala – sentimento - construindo significados e cultura desde seu nascimento, e isto não é levado em consideração. A proposta educacional deve priorizar um olhar sistemático sobre o tema, explorando argumentos, justificando princípios, mas admitindo-se muitos outros olhares.

**Uma emoção que se torna coletiva, nem tanto porque todos que a produzem vivem em uma só coletividade própria do espaço, mas individualidades dispersas que partilham da mesma realidade”
(Loureiro, 1995, p. 200)**

Do ponto de vista do sistema educacional, lutar contra a exclusão social é ajudar a criança a ampliar, desde cedo, sua relação com o saber, a dominar diferentes linguagens, valores culturais, padrões estéticos e éticos e formas de trabalho baseadas em preceitos científicos, além de propiciar-lhe o conhecimento de

algumas das tecnologias presentes em sua cultura. Nesse processo, cada criança se constitui como sujeito único. Tal meta esbarra, entretanto, em uma série de obstáculos.

Em conseqüência de muitas pesquisas já realizadas sobre a criança, ela aparece hoje com nova identidade. Crianças são aquelas “figurinhas” curiosas e ativas, com direitos e necessidades, que precisam de um espaço diferente tanto no ambiente familiar, onde são objeto de afeto dos adultos (em geral, adultos muito confusos), quanto do ambiente escolar tradicional, freqüentemente orientado para padronização de condutas e ritmos e para avaliações segundo parâmetros externos à criança.

Nas Comunidades Ribeirinhas que estudamos em (CONTEXTO DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA – SUBSÍDIOS PARA PROMOVER A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA. *Mariluce Paes de Souza, 2001*), percebemos depoimentos claros de obstáculos, onde a educação é vista a partir dos 07 anos de idade, indo até os 10 anos, isto é, da 1ª à 4ª série.

Como pode-se observar, a Comunidade tem um expressivo número de pessoas somente alfabetizadas e outro de analfabetos, sendo que 1º e 2º graus são muito pouco representados. Esta situação exige um esforço adicional, requerendo ação na área de educação formal... Observa-se que a grande maioria dos filhos de Nazaré estão na faixa etária de 03 a 10 anos, ficando clara a evasão do jovem para a cidade, em busca de estudo..., a Comunidade conta somente com o ensino fundamental.. (p.29)

Perguntamos: Quem limita o período do aprender? Quem garante que é neste período que a criança tem seu maior desempenho? Quem responde pelos menores de 07 anos e os maiores de 10 anos? Por que o cidadão tem que deixar sua Comunidade para resolver um problema de estrutura política governamental? E a sustentabilidade educacional, moral e étnica, quem garantirá?

A criança aponta e estabelece signos no seu cotidiano e estes signos são determinantes em sua vida adulta. Este indivíduo em um determinado tempo é forçado a estabelecer novos signos por situações que a princípio parecem-nos incoerentes com a legislação “*A Educação é direito de toda criança e uma responsabilidade do Estado*” (Constituição Federal – 1998). E com essa responsabilidade deve-se levar em consideração a experiência e o convívio da criança em família e em pares do seu cotidiano, fortalecendo as redes de

significados, iniciando ou dando continuidade à formação de atitudes mais elaboradas de compreensão da realidade.

Deve considerar a atividade educativa como ação intencional orientada para a ampliação do universo cultural das crianças, de modo que lhe sejam dadas condições para compreender os fatos e os eventos da realidade, habilitando-as a agir sobre ela de modo transformador.

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Lei 9394/96, artigo 29).

Pesquisas revelam que, pensar uma proposta pedagógica para creches e pré-escolas envolve organizar condições para que as crianças interajam com adultos e outras crianças em situações variadas, construindo significações acerca do mundo e de si mesmas, enquanto desenvolve formas mais complexas de sentir, pensar e solucionar problemas, em clima de autonomia e cooperação. Wagley, Charles. 1988 cita o que Paulo Machado disse em uma de suas pesquisas do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA):

Somente pela educação e pela pesquisa se poderá garantir a perpetuidade do nosso impulso progressista que existe na Amazônia Brasileira. Se o homem puder desenvolver e estabelecer uma convivência com o meio ambiente Amazônico, a Amazônia sairá definitivamente do seu estágio de subdesenvolvimento.

Valorizar, nas crianças, a construção da identidade social e de sociabilidade, envolve um aprendizado de direitos e deveres. Um grande risco de uma proposta pedagógica para a educação infantil é o de “institucionalizar” a infância, regulá-la em excesso. Outro risco é de torná-la um campo onde reine a espontaneidade, que pode camuflar formas sutis de dominação, tornando menos visíveis os critérios de excelência socialmente valorizados. Educar e cuidar são formas de acolher.

Além de ter suas necessidades básicas reconhecidas como legítimas e atendidas, recebendo cuidados de saúde e de higiene, a criança deve participar de uma programação adequada de atividades. Em um clima de segurança e de liberdade, ela pode internalizar regras de comportamento e formas de organização incluídas nas atividades propostas – como, por exemplo, os procedimentos básicos ensinados, as regras para ocupação do espaço e para uso e guarda de materiais.

Para tanto, compete ao professor criar oportunidades para experiências e aprendizagens, apoiando determinadas atividades e restringindo outras.

A organização curricular abre mão de um ambiente de silêncio e obediência e concretiza situações nas quais as crianças se mostram exploradas e são reconhecidas como interlocutoras inteligentes, que constroem argumentos no confronto com situações estimulantes. Isso envolve respeitar ritmos, desejos e características do pensamento infantil, além de tomar consciência de problemas coletivos e relacionar as experiências da própria comunidade com o que ocorre em outros contextos.

Educar para a cidadania envolve a formação de atitudes de solidariedade para com os outros, particularmente com aqueles com dificuldades de superação de atitudes egoístas.

A situação educativa torna-se com isso o ambiente ideal para o cultivo da tolerância, do combate aos preconceitos, do aprendizado com base nas diferenças. Envolve aprender, em cada situação, a dar respostas mais adequadas à formação de atitudes éticas.

Durante os últimos anos, presencia-se uma série de importantes inovações científicas e técnicas que configuram a chamada revolução tecnológica. Na área das comunicações, deu-se a popularização dos recursos da informática, antes restritos a avançados centros de pesquisa. Em poucos anos alteraram-se as noções tradicionais de tempo e de distância geográfica, e achamos hoje natural que uma pessoa consulte, em poucos minutos, e pela Internet, uma biblioteca em outro continente, sem sair de seu ambiente de estudo ou trabalho. Ou seja, dispomos de novos instrumentos que nos permitem acesso cada vez mais ágil às fontes do conhecimento. O conhecimento é o melhor patrimônio, a melhor herança.

Em toda a história humana, a transmissão de conhecimentos tem sido o principal fator do progresso material e cultural das civilizações. Um enorme salto cultural na história do homem foi à aquisição da linguagem, que se tornou seu principal meio para adquirir e transmitir conhecimentos. O homem sempre teve consciência da importância de acumular e transmitir conhecimentos às gerações seguintes, pois o saber não só constitui o maior patrimônio de uma pessoa como é o que de melhor ela deixa aos filhos.

Mais tarde, mais ou menos 8.000 anos antes de Cristo, o homem criou um outro método para transmitir ideais e conhecimentos: a escrita, mais um marco

transcendental na história da cultura. O início do conhecimento sobre a linguagem escrita não dependeu do manejo pessoal da escrita e, portanto, não coincidiu com o início da escolaridade obrigatória. Mesmo parecendo paradoxal, o início do conhecimento sobre a notação escrita propriamente dita também não coincidiu com a escolaridade, embora esteja intimamente ligado a ela. A relação entre o ensino institucional e o desenvolvimento do conhecimento da criança é de influência, não de determinação, pois é um objeto social, ultrapassando o marco escolar onde a criança é um sujeito ativo e construtivo do seu próprio conhecimento.

No século XVIII, conhecido como *século das luzes*, teve lugar outro fato importante na história da cultura.

As *Populações da Amazônia* sempre foram marcadas por culturas distintas que contribuíram na formação de uma nova cultura, sem se deixar negar a cultura de origem.

Loureiro (1995), apresenta uma cultura amazônica numa trajetória histórica marcada por dois elementos fundamentais: isolamento e identidade. Isolamento marcado geográfica e politicamente pelas conseqüências da ocupação e da colonização. A identidade étnica remete sempre a uma origem histórica, mas não se deve confundir a identidade com o sentido de superioridade ou pureza raciais e, muito menos, com o de exaltação do espírito nacional gerado pelos regimes autoritários. O sentido de identidade que perpassa transversalmente os reflexos que compõem esta reflexão é o de auto-reconhecimento, auto-estima, consciência do próprio valor, conjugados à consciência da própria inserção no conjunto da sociedade dos homens.

A sociedade Amazônica tendo consciência de si mesma, reconhece ser fruto de uma relação inter-humana, inter-social e, ao mesmo tempo, com sua natureza e sua história.

O desvendar de mistérios, ritos e mitos da cultura amazônica leva-nos a conhecer-nos como sujeitos próprios desta existência poética. Não há como deixar de ser, visto que somos amazônidos como o caboclo e o índio, fazendo parte deste imaginário, mesmo que, inconscientes. Queremos nos colocar ao revés do índio, mas somos como este: explorados.

O capital estrangeiro e nacional que modificou / transformou o formato da cultura *hilarante* da Amazônia, também criou o homem amazônido desconhecido. Nos colocamos como este homem, que não é nativo, mas que nasceu aqui, descendente de migrantes. Não é índio, mas descendente dele por gerações passadas.

Não há como não vivermos a Cultura Amazônica, pois aqui estamos agora. Os índios e caboclos são reconhecidos como tais e possuem

suas marcas culturais impregnadas. Nós, amazônidos híbridos, nem nativos, nem estrangeiros, somos relegados à insolvência cultural.

A democracia proposta por Paes Loureiro leva-nos a sonhar com um futuro melhor e a idealizar uma cultura amazônica própria. Nos colocamos como sujeitos deste imaginário social, histórico e político. Ao fazermos parte do contexto somos levados a repensar conceitos e criar raízes (como os índios) nesta terra, amando-a, sonhando-a para nossos filhos.

Prever um desenvolvimento sustentável requer de nós uma visão holística no sentido de que as questões de habitação, moradia, segurança, educação, etc. sejam contempladas neste desenvolvimento. Busca-se um equilíbrio no novo modelo de desenvolvimento. As pressões mundiais exigem desenvolvimento econômico e investem recursos para este tipo de desenvolvimento, no entanto compreender esta população de quem e para quem se destina este desenvolvimento econômico é que se precisa questionar e procurar uma saída ou mesmo um equilíbrio.

Em Rondônia, a Educação Infantil teve seu início na década de 50, quando surgiram em Porto Velho os primeiros “Jardins de Infância” – termo utilizado para o atendimento de crianças de 04 a 06 anos – tendo sua expansão somente em 1972. No período de 60 a 72 esta modalidade de ensino ficou restrita à iniciativa privada.

Após 1979 prevaleceu uma política voltada às entidades filantrópicas e assistenciais ou de incentivo às iniciativas comunitárias, por meio de programas emergenciais de massa, de baixo custo, desenvolvidos por pessoal leigo, voluntário, com envolvimento de mães que proporcionavam cuidados e alimentação para os seus filhos e de outras que promoviam o sustento. Esse tipo de atendimento ainda acontece, paralelo ao atendimento público, privado e empresarial.

Mas o que queremos levantar em questionamento é o atendimento para todos como estabelece a Lei n.º 9.394/96, Art. 2º :

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

E ainda, o art.3º apresenta princípios que serviram como base para esse atendimento: *“igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; ...”*

Essa educação deve ser oferecida na família, na comunidade e nas instituições, que revelam que, a Educação Infantil vem se tornando cada vez mais necessária como autarquia, para que proporcione a aplicação de um projeto no qual, não apenas algumas crianças em algumas escolas sejam beneficiadas, mas todas as crianças e todas as escolas sejam beneficiadas e atendidas. Paulo Freire (1995, p.53) diz que “Não foi a educação burguesa que criou a burguesia que, emergindo, conquistou sua hegemonia e, derrocando a aristocracia, sistematizou ou começou a sistematizar sua educação que na verdade, vinha se gerando na luta da burguesia pelo poder”.

Quando nos deparamos com a obra “*Geografia da Fome (O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço)*”, de Josué Apolônio de Castro, questionamos a educação no modo como está posta, pois, mais parece para a burguesia do que para todos. A fome tratada como fato cultural e social apenas, não demonstra o *desnivelamento desumano entre bem nutridos e os desnutridos, em consequência de fatores políticos e sociais...* Cujo teor é reforçado por Colin Clark na mesma obra. Sabemos que o problema da fome está intimamente ligado às questões emergentes da economia, do desenvolvimento social, cultural e ambiental. E, o *homem*, pouco ou quase nada, está sendo alvo destas questões. Suas limitações e esperanças são tratadas com desinteresses e perspectivas. Não se trata aqui de assistencialismo, mas de garantir a sobrevivência com dignidade.

O que se deve denotar, quando se fala em Educação Infantil é que o respeito ao ser humano, com suas tradições e cultura, deve ser respeitado, independentemente do lugar onde esteja inserido. Para isso, não se pode delimitar o nível de estudo que ele recebe desde o início da sua vida escolar, pois, como todo homem ele tem ideais e sonhos que, de uma maneira ou de outra, tentará alcançar, sem contar o direito adquirido, institucionalmente legal, que ele tem para atingir suas metas e planos de vida.

Camuflar a Educação Infantil com uma merenda oferecida fora do horário habitual, não é o que se pode dizer de melhoria da Educação Infantil. Reconhecemos que a maioria das crianças das nossas escolas tem falta de alimento, mas a maneira de suprir essa falta não é como se faz. Antes, seria oferecer também mais oportunidades de educação aos pais, a fim de poderem alcançar um nível social melhor, condizente com suas necessidades básicas.

Isso envolve uma reestruturação em todo o processo educacional, com o aproveitamento das raízes, das culturas, do próprio cotidiano, aproveitando melhor o que já se tem em mãos, despertando toda a sociedade para atingir uma vida melhor.

Se cada princípio educacional for aplicado à vida das nossas crianças, transformando-os em vivência, experiência e prática naquilo que ela possui, certamente, haverá maiores possibilidades da educação alcançar mais sucesso com as vidas humanas, com as quais trata, sem modificar seu *habitat*, nem com necessidade de ir buscar suas referências educacionais e seu preparo em outras paragens. Isso tem acontecido com muita intensidade em Rondônia, como em outros tempos aconteceu com outros Estados.

Entretanto, reconhecemos que a partir da Educação Infantil até à formação universitária temos progredido muito. Mas, para que o alcance da educação seja o homem em si mesmo e sua realização completa, no lugar das suas raízes e com sua cultura, é necessário que haja um entrosamento muito maior e muito mais eficaz de Educação x Estado x Comunidade ou Sociedade (homem), que, na sua amplitude, atinge todas as características do contexto onde este processo se desenvolve.

Bibliografia

AMARAL, Januário; NASCIMENTO SILVA, M. G. S. e SOUZA, Mariluce Paes (Orgs.). Pesquisa na Amazônia: intervenção para o desenvolvimento. Vol.1. Porto Velho: EDUFRO. 2001.

CASTRO, Josué Apolônio de. Geografia da Fome: O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

FREIRE, Paulo. Política e Educação. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1995.

GARCIA, Regina Leite (Org.). Revisitando a Pré-escola. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1993.

LEI n.º 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. Cultura Amazônica uma Poética do Imaginário. Belém /PA. CEJUP, 1995

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002 p.35)

PORTARIA n.º 1608/ Gabinete da SEDUC/ 28/10/1999.

WAGLEY, Charles. Uma Comunidade Amazônica. São Paulo: EDUSP/Itatiaia, 1988.